



PSD p.12

PSD propõe comissão independente para apurar o que se passou



Parlamento p.17

Resultados da atual governação são maus

POVO LIVRE



n.º 1974

21 de junho de 2017

Diretor: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
n.º 105690 - Propriedade: PSD

SOLIDARIEDADE COM AS FAMÍLIAS DAS VÍTIMAS



Pedro Passos Coelho deslocou-se às instalações da Autoridade Nacional de Proteção Civil



Reunião com o presidente da ANPC

Solidariedade com as famílias das vítimas

“Viemos mostrar que continuamos a acompanhar tudo o que se está a passar”, declarou o presidente do PSD, após uma visita às instalações da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), em Carnaxide (Oeiras), dia 19 de junho.

O presidente do PSD referia-se ao acontecimento “sem paralelo” – os incêndios de Pedrógão Grande e de todo o distrito de Leiria –, para acrescentar que “não faz sentido desdramatizar a situação que estamos a viver”. “Há muitos anos que combatemos incêndios”, reforçou, “mas esta é, de alguma forma, a primeira vez que um número tão dramático de pessoas perdeu a vida”.

“É uma situação com consequências trágicas e dramáticas. Não há dúvida de que, há muitos anos, somos obrigados a responder a calamidades como os incêndios, mas este ano as consequências têm tido elementos trágicos que não são habituais”.

Dadas as consequências “tão dramáticas” destes incêndios, Pedro Passos Coelho alerta para que não se venha a dizer “aquilo que sempre se diz: ‘isto é sempre assim’; ‘não há nada a fazer’; ‘nunca se tiram consequências daquilo que se investiga’; ‘estamos entregues a inevitabilidades’”. Espera, por isso, que “o debate, quando ocorrer, aconteça com alguma racionalidade, já fora de climas emocionais e que as pessoas possam, em primeira instância, ter acesso à informação e a conclusões relevantes”.

O presidente do PSD defende ser “natural que as pessoas questionem sobre o que é que pode ter estado na origem desta situação”. Contudo, salienta que “ainda não podem ser dadas essas respostas”. Tal como lembrou, este é, sobretudo, um momento para os técnicos atuarem.

Todavia, não é oportuno ainda “fazer uma avaliação



política”, disse, alertando que não é momento “para os políticos se estarem a comportar de forma inadequada”. Acrescentou, por isso, que “é preciso ter alguma parcimónia” e que “as respostas políticas existirão a seu tempo”.

Pedro Passos Coelho afirmou que “não podemos aparecer no terreno quando as coisas estão, ainda, a merecer uma resposta técnica”. “Não queremos atrapalhar a resposta que tem de ser dada”, acrescentou, reforçando

que o PSD está a acompanhar a situação. Esta visita mostra que os social-democratas “não só não estão aleados do que está a acontecer, como têm um profundo respeito por todos os que estão envolvidos nestas operações”. Recordou também os autarcas que estão no terreno, pelo seu contributo “muito direto” com vista a “melhorar a situação”, a “evitar consequências piores” e a “prestar auxílio às populações”, mediante articulação com a ANPC.

Prevenção dever ser a prioridade

O PSD reitera a sua “consternação e solidariedade para com todos aqueles que perderam familiares, os seus bens”. Mostra, também, “solidariedade para com todos os que estão a responder a estas situações”. Pedro Passos Coelho quis, por isso, dirigir a todas as forças que estão no terreno “a nossa admiração e estima”, bem como “transmitir palavras de ânimo”. Defendendo a importância da prevenção, o líder do PSD reforçou que o momento atual exige, ainda, “uma articulação muito grande e uma resposta tão efetiva quanto possível, voltada para a proteção das pessoas”.

Na reunião na sede da ANPC, Pedro Passos Coelho esteve acompanhado das vice-presidentes do PSD, Teresa Leal Coelho e Teresa Morais, e os vice-presidentes do grupo parlamentar, Carlos Abreu Amorim e Nuno Serra.

PSD cancela atividade partidária

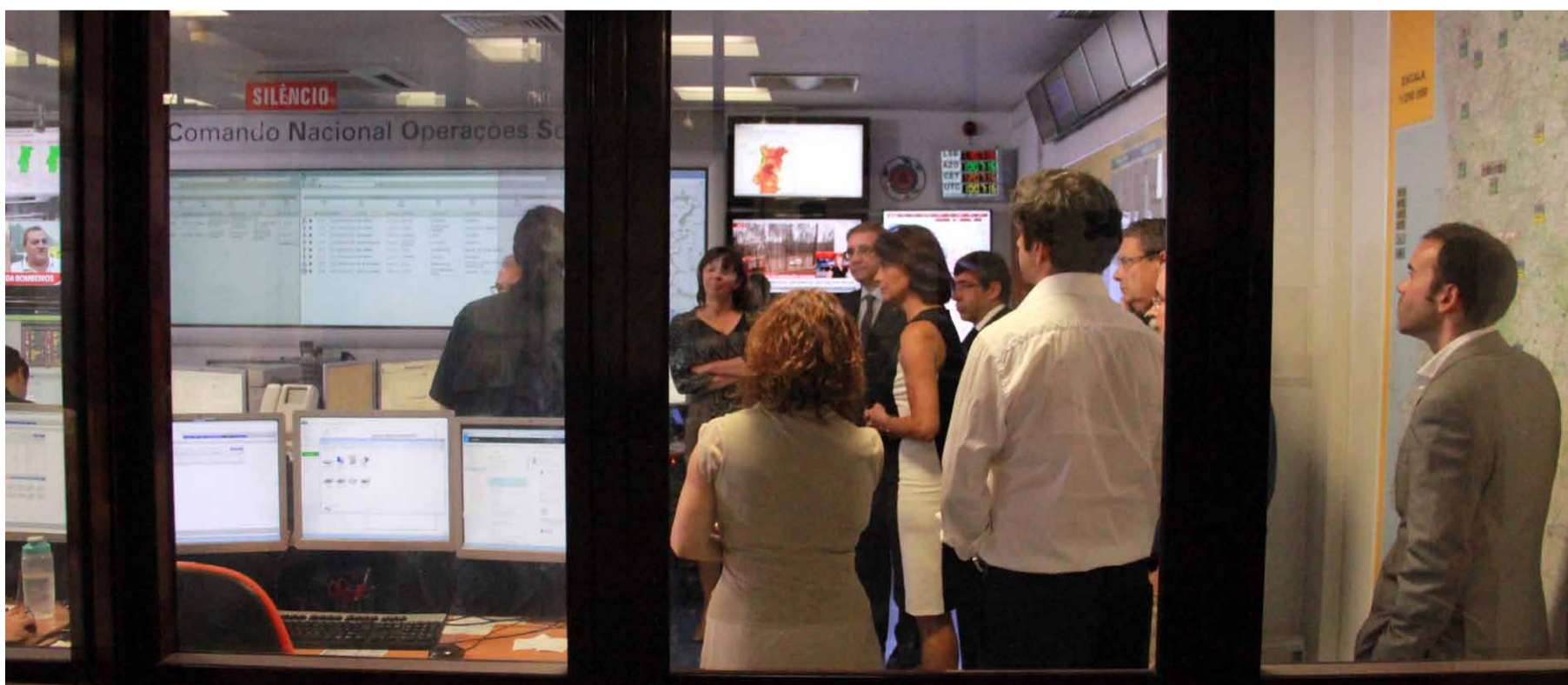
O presidente do PSD interrompeu a apresentação da candidatura autárquica do PSD à Câmara Municipal de Ansião, que decorria na noite de sábado, 17 de junho, para manifestar pesar em nome de todos os social-democratas pela perda de vidas durante o incêndio de Pedrógão Grande.

Antes de pedir um minuto de silêncio aos presentes, Pedro Passos Coelho deixou uma nota de solidariedade e apoio pelo trabalho dos bombeiros.

“É uma tragédia muito grande, tivemos noção da proporção dessa tragédia há muito pouco e não quis deixar, mesmo num dia que era um dia de festa aqui para nós, de endereçar a todas as famílias enlutadas a nossa solidariedade”, disse Pedro Passos Coelho, no final da sessão.

“Agora é o tempo das autoridades atuarem, não é o tempo dos políticos”, adiantou Passos Coelho, sublinhando “toda a confiança” no papel dos agentes de Proteção Civil, bombeiros e autoridades centrais e locais envolvidas no combate às chamas.

O fogo, que deflagrou às 13h43 de sábado, 17 de junho, em Escalos Fundeiros, no concelho de Pedrógão Grande, alastrou aos concelhos vizinhos de Figueiró dos Vinhos e Castanheira de Pera, no distrito de Leiria, e entrou também no distrito de Castelo Branco, pelo concelho da Sertã. O último balanço dava conta de 64 mortos e de 135 feridos. Toda a agenda pública partidária do PSD, que estava prevista para esta semana foi cancelada. O Governo decretou três dias de luto nacional, entre domingo e terça-feira.



Apresentação dos candidatos autárquicos do PSD ao distrito de Évora

Reversão da TAP serve para Governo “nomear administradores”



Pedro Passos Coelho afirmou, em Borba, dia 15, que é preciso deixar de parte a “falta de realismo do Governo e passar a ter uma visão de futuro”, gerando confiança nas pessoas. E para Portugal ter futuro, é necessário reconhecer boas propostas.

Na apresentação dos candidatos autárquicos do PSD ao distrito de Évora, o líder do PSD desafiou o Governo a emitir dívida a mais longo prazo. Hoje, emitiu a “dez anos, mas era preciso aproveitar a confiança para emitir a mais anos. Temos de substituir a dívida que é cara por outra mais barata.”

Por outro lado, o relatório da sustentabilidade da dívida feito pelo BE e pelo PS defende o contrário: emitir a prazos mais curtos para poupar em juros. “Mas se olharmos para o País e não para as eleições, o interesse é que seja a longo prazo”, explicou. “Ainda bem que fizeram o contrário do acordado entre o PS e o BE sobre emissão de dívida. Porque é que não se reconhece isto? Quando somos nós a propor está mal, mas se forem os outros está bem? Isto impede as pessoas de acreditarem no sistema político e nos políticos”, disse.

O presidente do PSD realçou ainda a importância de se ter uma conversa séria sobre a TAP. Pedro Passos Coelho lembrou que, “o governo PS, nos anos 90, andou à procura de uma parceria estratégica para a prazo vender a TAP. Na altura, só não aconteceu porque a empresa fechou. O País andou muitos anos a ver se havia forma de vender a empresa, preservando a sua importância”.

Mas “aquilo a que chamam pressa” no processo, foi somente “a pressa” de tentar “evitar que os aviões ficas-

sem em terra sem dinheiro para meter combustível para voarem” e para garantir que “os trabalhadores tinham salários ao fim do mês”.

Com a reversão parcial da privatização da empresa, adotada pelo atual executivo do PS, “o Governo vai nomear para lá administradores, mas não sei se manda na empresa ou se não manda, porque ainda não percebi o que é que aqueles 50% querem dizer”.

Os que acusam o PSD de ter vendido a TAP “à pressa”, esquecem-se que quase “não havia dinheiro para pagar ordenados e para abastecer os aviões de combustível”. O PSD conseguiu um bom negócio para o País. Mas agora, “o PS diz que o Estado não podia vender a empresa toda. Ainda não percebi se temos 50% para mandar ou não mandar. Ainda não percebi o que querem dizer. Mas ouvi dizer que a solução era melhor. O Estado, antes, ia ter 34% da empresa, agora só pode receber 18% dos dividendos. E se forem prejuízos? Como vai ser? Ainda não percebi porque é que esta reversão era fundamental.”

Pedro Passos Coelho disse ter ouvido “dizer” que essa “solução era melhor, porque os privados investiam o mesmo e iam ficar com menos”.

Ainda sobre o futuro, o líder do PSD referiu-se ao caso da Segurança Social, e reiterou que é preciso “fazer uma reforma que dê segurança aos atuais e aos futuros pensionistas”.

Sobre as reformas levadas a cabo pelo último executivo PS, que previa que, daqui a vinte anos, quem se reformar tem apenas metade do salário, o líder do PSD

afirmou que é preciso lidar com estes problemas. Lidar com a desertificação e com a natalidade recessiva que se verifica em todo o território. “O problema é nacional, e não ficou resolvido. É preciso uma nova leva de reformas importantes para as pessoas poderem ter uma perspetiva de carreira e de futuro”, disse.

Portugal pode ter mais do que um crescimento ocasional. Tal como defendeu, é preciso “ganhar balanço e dar um salto qualitativo e ter as políticas públicas mais dotadas e com mais meios. Não vale a pena continuar a fazer de conta. Temos de nos mostrar determinados, saber o que queremos e lutar por isso.”

Saúde: investir em pessoal qualificado e equipamentos

O PSD, mesmo nos tempos de emergência, conseguiu sempre investir na saúde, apostando, por exemplo, no investimento em equipamentos para diminuir tempos e listas de espera. Conseguiu “arranjar dinheiro para defender o Serviço Nacional de Saúde, mesmo que algumas medidas fossem incompreendidas”.

Mas hoje, “as coisas mudaram e são imensas as desculpas para que as coisas não possam ser melhores. Nós sabemos que é difícil, porque se queremos ser melhores no futuro há coisas que se têm de fazer no meio. Temos de fazer opções, valorizar o SNS. Porque é que não olhamos para os problemas que temos e que são sentidos?”, questionou.



“O que há é falta de médicos, enfermeiros e equipamentos, mas quando não havia dinheiro nós conseguíamos abrir novos hospitais e centros de saúde, melhorávamos o investimento. Diziam que estávamos a destruir o SNS. E agora que as dívidas aumentam, que os prazos de pagamento são maiores, e não há investimento nos equipamentos? Porque é que é assim? Porque o dinheiro não dá para tudo”, disse.

O líder do PSD acrescentou ainda que o Governo PS “fez escolhas orçamentais que não eram tão prudentes” e “agora não tem dinheiro para pôr” no Serviço Nacional de Saúde e “manda cortar 35%” na contratação externa de serviços, que, “na prática, são médicos e enfermeiros que vão prestar esses serviços aos hospitais”.

“Manda cortar porquê? Porque não tem dinheiro. Então porque é que anda a dizer que acabou a austeridade e os problemas estão resolvidos? Não estão e nós [PSD] estamos cá para lembrar isso, não é para atirar pedras, como eles [PS] fizeram ao anterior Governo PSD-CDS/PP, frisou.

O anterior Governo PSD-CDS/PP pôs dinheiro no SNS “para ver se as coisas se regularizavam”, mas o PS dizia que o executivo “estava a dar cabo do SNS”, lembrou Pedro Passos Coelho.

Agora, continuou, como o Governo PS nomeou para presidente da Caixa Geral de Depósitos o ministro da Saúde do anterior executivo PSD-CDS/PP, “que tratou disso, acham que já podem dizer que está tudo resolvido”.





Mas “não está e as pessoas que vão aos serviços de saúde sabem que os profissionais fazem um esforço enorme para prestar um bom serviço, mas há um limite para o que as pessoas podem fazer sem meios, mesmo médicos e enfermeiros”, alertou.

Escolhas certas para dar novo fôlego ao País

São precisas escolhas que valorizem a Educação, a Saúde e a Ação Social. E a descentralização pode ter um papel fundamental nesta matéria.

São os autarcas quem melhor conhece os problemas locais. São eles os mais bem preparados ver as características de cada região, escolhendo o que pode ser melhorado e potenciado.

Por diversas vezes ao longo da última legislatura, o PSD tentou promover uma discussão séria, para que os autarcas eleitos no próximo dia 1 de outubro soubessem com o que contar. Mas o Governo foi adiando a discussão, e agora cria grupos de trabalho com propostas que ficam muito aquém. “Esta não é uma forma séria de fazer esta discussão”, disse.

É preciso fazer as escolhas certas para dar novo fôlego ao País. E esse trabalho não passa só pela administração central. Passa por uma cooperação entre o Estado, o poder local e os Portugueses.



Apresentação da candidatura de Joaquim Pinto a Paços de Ferreira

Dívida tem de deixar de ser lixo para Portugal atrair investimento

O próximo grande objetivo de Portugal é que a dívida pública deixe de ser considerada lixo pelas agências de notação, para que o País possa atrair mais investidores. Em Paços de Ferreira, dia 17, Pedro Passos Coelho aplaudiu a decisão da Fitch, que ontem melhorou a perspetiva do “rating” soberano de “estável” para “positiva”, mas lembrou que já aconteceu no passado.

“Quando fechámos o memorando de entendimento, no ano em que dissemos adeus à Troika e seguimos em frente, a Fitch colocou a dívida portuguesa, como ontem, com uma perspetiva positiva”, recordou o presidente do PSD. “E ali por setembro de 2015, disse que ficava a aguardar o que se ia passar com as eleições”, acrescentou, para recordar que, “em março de 2016, a Fitch baixou outra vez a perspetiva”. Para os mais atentos, apontou Pedro Passos Coelho, “isto deve querer dizer que perdemos um ano”.

É que, acrescentou o líder social-democrata, em 2016, Portugal cresceu menos do que havia crescido no ano anterior. E, apesar da falsa narrativa que se pretende passar, o crescimento económico e o recuo do desemprego começaram em 2014 e 2013, respetivamente, e não apenas quando os socialistas chegaram ao poder. Em 2016, “o País ficou parado, a economia não cresceu como devia, o risco do País aumentou e isso não se deve, com certeza, ao facto de o PSD ter estado no governo” mas por terem surgido dúvidas de que o caminho que estava a ser seguido pudesse ser interrompido”.

“Hoje, o Governo e os partidos que o apoiam no Parlamento querem que os portugueses acreditem que o País só começou a crescer e que o emprego começou a baixar quando o PS chegou ao governo”, mas “isso é mentira”, acusou.

Agora que a agência Fitch voltou a melhorar a perspetiva da dívida portuguesa, Pedro Passos Coelho avisa que é necessário manter um curso positivo para que a dívida pública receba uma melhor classificação. “Isso atrai ainda mais investidores, seja para nos ajudar a financiar o Estado, seja como reflexo muito importante para toda a economia, seja para as empresas, que são quem gera o emprego, e para as famílias, que são quem precisa de melhorar o seu rendimento”, justificou.



“Se queremos que Portugal saia do lixo, até ao final do ano ou no próximo, temos de fazer por isso, não podemos ficar à espera que os resultados caiam do céu”, desafiou ainda Pedro Passos Coelho. Em 2014, o País quis muito dizer adeus à Troika, lembrou. “Fomos determinados”, “sabíamos que havia um preço a pagar para que as coisas corresse bem mas era mais importante salvar o País do que a pele eleitoral” e, mesmo assim, os portugueses renovaram a confiança no PSD nas eleições de 2015.

Hoje, porém, há “quem aposte na fraca memória das pessoas”. Mas, coincidentemente, aqueles que hoje “tecem luas ao Governo por termos saído do Procedimento por Déficit Excessivo são os mesmos que estavam contra as políticas que nós seguimos para mandar a troika embora”.

PSD retirou Portugal do Procedimento por Déficit Excessivo

O líder do PSD manifestou-se satisfeito pela decisão anunciada pelo Conselho Europeu, esta sexta-feira, de retirar Portugal do Procedimento por Déficit Excessivo. Uma decisão “importante”, de acordo com Pedro Passos Coelho, porque “marca uma diferença que pode ser decisiva para futuro”. E a diferença está no que se faz hoje para assegurar que Portugal não regressa uma quarta vez ao Procedimento por Déficit Excessivo.

“Portugal já esteve em déficit excessivo desde 2001”, lembrou o líder do PSD, notando que “foi um governo chefiado pelo PSD [por Durão Barroso] que permitiu” a



saída deste procedimento. Em 2005, com o primeiro-ministro José Sócrates, Portugal regressou aos défices excessivos, por dois anos. Em 2009, voltámos a cair na mesma situação.

“Quem regressa tantas vezes àquilo que não se deseja, é porque não faz o que deve”, concluiu Pedro Passos Coelho. E “é, por isso, importante que desta vez seja diferente” o que exige “trabalho e profundidade”, exige que “se pense no futuro e que se seja consequente no trabalho que se exerce no governo”.

Para o presidente do PSD, a política só é necessária quando visa a preparação do futuro, não a mera gestão do dia-a-dia. E “os políticos que só funcionam a pensar nas eleições, ou deixam muito por fazer ou nem sempre fazem aquilo que devem”, acrescentou, numa alusão ao imobilismo governativo atual.

Por sua vez, o PSD sabe o que é preciso fazer. “Nós temos um projeto, uma visão e um programa reformista, a pensar em ter uma economia mais aberta e ainda menos batota entre as empresas”. Queremos uma economia “com melhor regulação, melhor concorrência e com o Estado a meter-se menos onde não é chamado, mas a estar presente quando se trata de impor as regras que devem ser iguais para todos”. É esta visão que distingue o PSD dos demais partidos e uma determinação ímpar em afirmar as suas convicções, assegurou o líder do partido.

“O nosso papel não é de fazer muita conversa, não é o de distribuir simpatia, não é gerir o presente. É poder olhar para futuro e dizer às pessoas que não vamos





andar à nossa sorte, que sabemos para onde queremos ir”, garantiu. “E iremos esforçar-nos para lá chegar”, acrescentou.

“Quem se faz ao mar sem saber para onde vai, vai ao acaso, para onde o mar leva” e assim se passaram quase dois anos do novo governo em que “se perderam oportunidades muito importantes” porque “não houve coragem para pensar no futuro”. Para Pedro Passos Coelho, “só houve interesse em fazer uma retórica fácil”.

Porém, no PSD, “não precisamos de andar a fazer política de ataque pessoal”. Mas “não contem connosco para estarmos calados e fazer de conta que está tudo bem”. O presidente do partido sublinhou que “precisamos de lutar para que o País possa estar melhor”, para isso sendo necessário “enfrentar a geringonça” e ter a coragem de fazer as reformas urgentes.



PSD tem provas dadas em Paços de Ferreira

Pedro Passos Coelho marcou presença no lançamento da candidatura de Joaquim Pinto à câmara municipal de Paços de Ferreira, concelho onde o PSD já tem provas dadas, de resto à semelhança do que acontece no País, não apenas no período entre 2011 e 2015, mas em muitos outros momentos importantes.

O presidente do PSD destacou a experiência política do candidato mas também “uma grande maturidade para poder liderar os destinos do concelho”. E acrescentou, sobre a forma de estar do PSD, que, “na política, seja quando se trate de escolher candidatos a deputados, quer se esteja a escolher o governo do País, quer seja a junta de freguesia ou a câmara municipal, nós estamos sempre a pensar em pessoas que se candidatam para oferecer o melhor que sabem, o melhor que têm das suas vidas, da sua família, da sua experiência, e para poder servir os outros”.



Helmut Kohl, um “estadista admirável”

O líder do PSD, Pedro Passos Coelho, prestou homenagem ao “estadista admirável” que foi Helmut Kohl, destacando o seu papel como “marcante chanceler alemão” e como “um dos fundadores da Europa”.

Numa nota enviada pelo PSD à imprensa, Pedro Passos Coelho recordou Kohl como “o grande maestro da reunificação alemã”, até contra os que “o quiseram convencer da indesejabilidade ou até da impossibilidade da tarefa”.

“O sucesso de hoje da integração da Alemanha de Leste na RFA foi antecipado por ele, mas não por muitos dos seus contemporâneos dentro e fora da Alemanha”, refere o presidente do PSD, salientando que “Kohl não foi muito estimado pelas elites, talvez porque tivesse sido sempre fiel às suas raízes populares”.

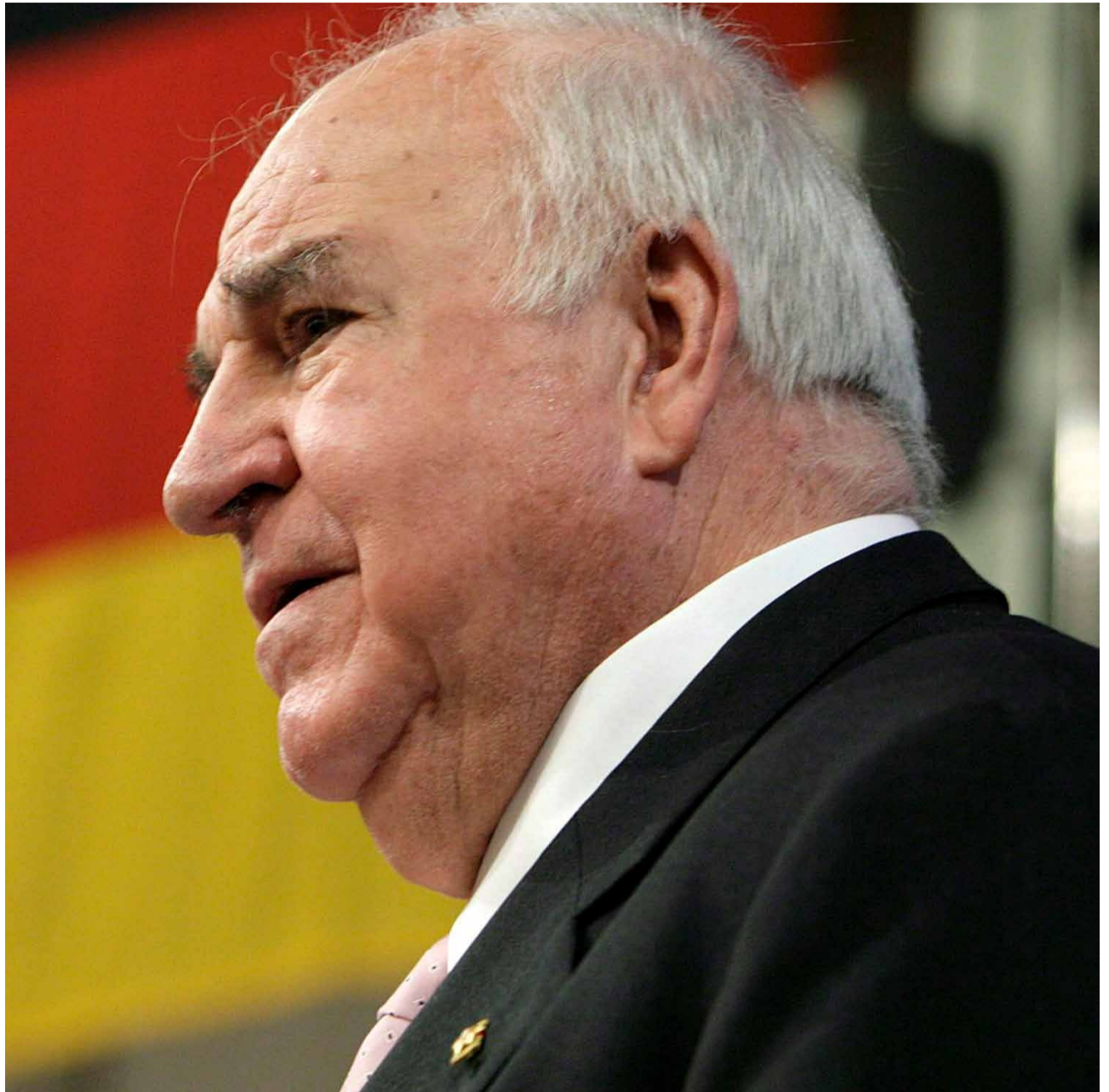
“Recusou-se sempre ser uma criatura do marketing político ou da propaganda vulgar populista. O povo alemão recompensou-o com a maior longevidade política da história democrática da Alemanha. Nunca vacilaria nos seus valores políticos, nem nunca se equivocou com o perigo e perversidade dos totalitarismos”, acrescentou Pedro Passos Coelho.

Pedro Passos Coelho destacou também o papel do antigo chanceler alemão como “um dos fundadores da Europa”.

“Juntamente com a França, com quem aprofundou notavelmente os laços, com particular simbolismo no encontro de Verdun com o Presidente francês de então, François Mitterrand, Kohl foi o fundador de Maastricht e do Euro e da preparação para a adesão das jovens democracias do leste europeu. Dificilmente poderíamos encontrar legado mais profundo”, salientou, manifestando as condolências do PSD “à família de Helmut Kohl, à CDU e a todo o povo alemão pela perda sofrida hoje”.

“Mas, como portugueses e europeus, prestamos igualmente a nossa homenagem ao estadista admirável que hoje partiu”, sublinhou.

O ex-chanceler alemão, o “pai” da reunificação alemã, faleceu na sexta-feira, 16 de junho de 2017, aos 87 anos na sua casa de Ludwigshafen. Helmut Kohl, o dirigente político germânico que mais tempo governou a República Federal, com quatro legislaturas, foi o artífice da reunificação alemã, após a queda do Muro de Berlim em 1989. Estava afastado da vida pública desde 2008 e remetido a uma cadeira de rodas, após a queda numas escadas que lhe provocou um traumatismo cranioencefálico. Emergiu na política nacional alemã em 1976, quando se tornou no chefe da oposição e conquistou a chancelaria em 1982, após garantir a aprovação de uma moção de censura contra o então chefe do executivo, o social-democrata Helmut Schmidt. Um ano depois foi confirmado pelas urnas no posto de chanceler, e manteve-se no cargo até 1998, quando foi derrotado pelo social-democrata Gerhard Schröder, que pela primeira vez se aliou aos Verdes para recuperar o governo da Alemanha. Helmut Josef Michael Kohl nasceu em 3 de abril de 1930 em Ludwigshafen am Rhein, cidade da Renânia-Palatinado, sudoeste da Alemanha.



Mensagem do líder do PSD

«Hoje é um dia para prestarmos homenagem a um grande estadista da Europa do pós-II Guerra Mundial. Se o Chanceler Konrad Adenauer foi uma figura marcante como fundador da República Federal Alemã e cofundador do projeto europeu, Helmut Kohl ficará certamente na História alemã e europeia como o político que ombreou com ele na profundidade do legado e na abrangência da influência.

Kohl não foi muito estimado pelas elites talvez porque tivesse sido sempre fiel às suas raízes populares, desde que ajudou a fundar a juventude partidária da Democracia Cristã. Recusou-se sempre ser uma criatura do marketing político ou da propaganda vulgar populista. O povo alemão recompensou-o com a maior longevidade política da história democrática da Alemanha. Nunca vacilaria nos seus valores políticos, nem nunca se equivocou com o perigo e perversidade dos totalitarismos. Foi o grande maestro da reunificação alemã, não obstante todos aqueles que o quiseram convencer da indesejabilidade ou até da impossibilidade da tarefa. O sucesso de hoje da integração da Alemanha de Leste na RFA foi antecipado por ele, mas não por muitos dos seus contemporâneos dentro e fora da Alemanha.

Além de um marcante chanceler alemão, Kohl foi também um dos fundadores da Europa. Juntamente com a França, com quem aprofundou notavelmente os laços, com particular simbolismo no encontro de Verdun com o Presidente francês de então, François Mitterrand, Kohl foi o fundador de Maastricht e do Euro e da preparação para a adesão das jovens democracias do leste europeu. Dificilmente poderíamos encontrar legado mais profundo.

Como Portugueses e Europeus, prestamos as nossas condolências à família de Helmut Kohl, à CDU e a todo o povo Alemão pela perda sofrida hoje. Mas, como Portugueses e Europeus, prestamos igualmente a nossa homenagem ao estadista admirável que hoje partiu.»

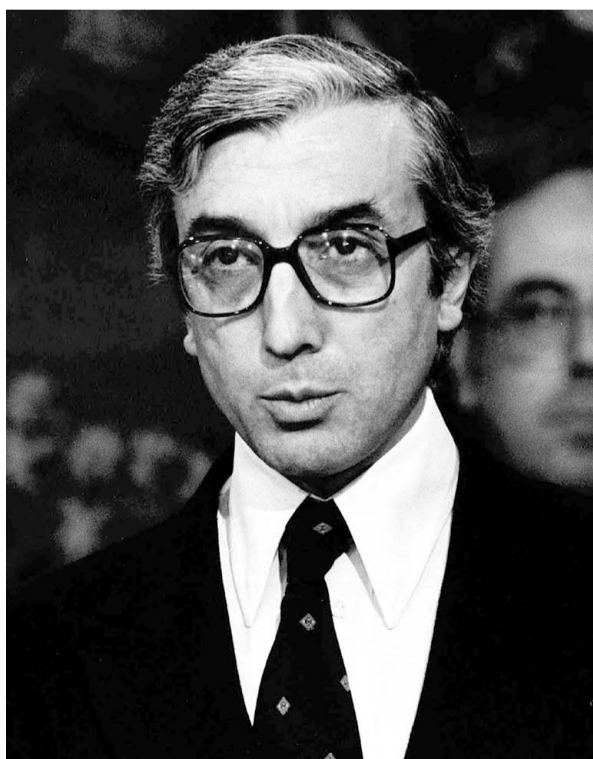
Pedro Passos Coelho
Presidente do PSD

Carlos Macedo (1937-2017)



O PSD manifesta pesar pelo falecimento, no dia 18 de junho de 2017, do fundador do PPD, Carlos Macedo. "O PSD expressa o seu pesar pelo falecimento, que hoje ocorreu, do dr. Carlos Mattos Chaves Macedo, recordando a militância ativa e influente do antigo dirigente do partido, desde a primeira hora", refere o PSD, em comunicado.

Carlos Macedo foi eleito vogal da Comissão Política Nacional do PSD no I Congresso Nacional, em novembro de 1974, e deputado à Assembleia Constituinte por Vila Real, em 1975. Fez parte do grupo que saiu do partido no Congresso de Aveiro, tendo regressado ao PPD no Congresso de julho de 1978, quando Sá Carneiro retomou a liderança do partido. No VII Congresso Nacional, em junho de 1979, voltou a integrar a Comissão Política Nacional. Foi depois ministro dos Assuntos Sociais, durante o VII Governo Constitucional, entre 9 de janeiro e 3 de



agosto de 1981 e, em fevereiro desse mesmo ano, Carlos Macedo é eleito vice-presidente da Comissão Política Nacional do PSD, no VIII Congresso Nacional, após a morte do então líder e primeiro-ministro Francisco Sá Carneiro

"O PSD recorda a participação ativa e de grande relevo do dr. Carlos Macedo durante um momento fundamental da vida interna do Partido. A família social-democrata presta homenagem ao homem, político e médico", sublinha o comunicado dos sociais-democratas.

Carlos Mattos Chaves de Macedo nasceu na freguesia da Sé Nova (Coimbra), em 26 de janeiro de 1937. Licenciou-se em Medicina pela Universidade de Lisboa

em 1964. Dirigiu as unidades de saúde do Hospital de Santa Cruz e o Hospital de Santarém. Neurologista dos Hospitais Cívicos de Lisboa, dedicou especial interesse à investigação científica no campo da doença de Parkinson, tendo sido galardoado com o Prémio Sandoz da Sociedade Portuguesa de Neurologia e Psiquiatria em 1971. Nesse ano, foi preso pela PIDE durante a realização de uma greve nos Hospitais Centrais de Lisboa, por ter sido considerado um dos dirigentes da mesma. É autor de diversos trabalhos, tanto da sua especialidade médica como de carácter político, em geral, e de política de saúde.

Incêndios

PSD propõe comissão independente para apurar o que se passou



O PSD vai propor, aos vários partidos políticos com representação parlamentar, a criação de uma comissão independente de “qualquer instância de poder político” e constituída por técnicos especializados, com o objetivo de apurar, “com detalhe”, respostas para a situação “trágica” dos incêndios que Portugal enfrenta desde sábado.

“Para o PSD é, cada vez mais evidente, que há respostas que têm de ser conseguidas”, afirmou a vice-presidente do PSD, no final da reunião da Comissão Política Nacional, dia 20.

Referindo-se aos fogos florestais que assolam, desde sábado, o distrito de Leiria, a deputada considerou descabidas as declarações de Capoulas Santos, ministro da Agricultura, que tentou responsabilizar o anterior governo pelos incêndios. “Não temos feito política com estas matérias, vamos continuar com este sentido de responsabilidade”, sublinhou.

“É absolutamente necessário prevenir o futuro”

Trata-se de “um momento excecional que exige que possamos todos [os partidos] conjuntamente criar condições para que sejam apuradas as causas”, afirmou. Para Teresa Leal Coelho, “é absolutamente necessário prevenir o futuro” e que “o País seja esclarecido sobre todas as questões”. Não se trata de uma comissão parlamentar, mas de uma entidade independente, frisou. “Esperamos que todos estejam disponíveis para encontrarmos uma solução”, apelou, salientando a “posição cooperante” do PSD nestas matérias.

Sobre as questões dirigidas por António Costa ao Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), à Autoridade Nacional da Proteção Civil (ANPC) e à Guarda Nacional Republicana (GNR), Teresa Leal Coelho salientou que “ainda bem que o fez”. “São três questões que nós, PSD, colocámos” no âmbito de visita, ontem realizada, à ANPC. “Efetivamente, há um conjunto de contornos que

ultrapassam tudo a que assistimos nas últimas décadas em Portugal”, afirmou para reforçar a necessidade de encontrar uma “resposta cabal”.

Teresa Leal Coelho mencionou que o PSD está a acompanhar, “muito atentamente”, e a recolher as informações que chegam “com regularidade e detalhe”. “São circunstâncias dramáticas e trágicas as que assolam o País”, disse, reforçando as palavras de ânimo e de apoio que o PSD tem dirigido a quem está no terreno.

A vice-presidente do PSD recordou, também, os “momentos difíceis” vividos por todos os envolvidos e, sobretudo, por quem perdeu familiares, amigos e património. “É um momento avassalador para Portugal”, acrescentou, reiterando ser “essencial” que se “aposte, e desse já, na prevenção para evitar consequências ainda mais graves do que as que ocorreram”.

Eurodeputados do PSD pedem debate urgente

Os eurodeputados do PSD pediram que seja debatida com urgência no Parlamento Europeu (PE) a coordenação da União Europeia no que diz respeito à prevenção de catástrofes naturais, coordenação no âmbito da proteção civil e combate a incêndios.

A iniciativa partiu de Fernando Ruas e José Manuel Fernandes, tendo o pedido formal – que foi entregue na terça-feira ao presidente do PE, António Tajani – sido assinado por toda a delegação do PSD e, segundo um comunicado, obtido o apoio do presidente do Grupo Parlamentar do PPE, do qual o PSD faz parte, Manfred Weber.

“O imediato espoletar do Mecanismo Europeu de Proteção Civil e a manifestação da pronta solidariedade por parte da Comissão [Europeia] e dos nossos parceiros europeus, servirá igualmente para apoiar as vítimas desta terrível tragédia e o esforço de reconstrução que se seguirá, no âmbito do Fundo Europeu de Solidariedade”, salientou Ruas.

No debate, os eurodeputados pretendem que seja abordado o ordenamento e a valorização do território, a discussão de estratégias de prevenção e a minimização dos efeitos das catástrofes naturais.

Por seu lado, José Manuel Fernandes, coordenador do PPE na Comissão dos Orçamentos, pediu “rapidez” a Bruxelas no processamento do pedido para acionar o Fundo de Solidariedade, quando este foi feito.

“É necessário também começar a pensar numa política europeia para a floresta. É necessário debater a criação de uma Força Europeia para a Proteção Civil, para que se possa prevenir e atuar mais rapidamente face a tragédias como esta.”

Esta iniciativa soma-se à dos eurodeputados do PCP que, na segunda-feira, tinham já questionado a ‘Comissão Juncker’ sobre a possibilidade de excluir das contas para o défice público de 2017 as despesas para fazer face à catástrofe dos incêndios.



Matos Rosa em Odemira

O secretário-geral do PSD, José Matos Rosa, esteve na inauguração da sede do PSD de Odemira, distrito de Beja, e na sessão de apresentação dos candidatos à câmara e assembleia municipal, sexta-feira, 16 de junho de 2017.



Lacerda Machado é responsável pelo problema financeiro da TAP

Luís Leite Ramos, vice-presidente do grupo parlamentar do PSD, reitera que o comportamento do primeiro-ministro na nomeação de Diogo Lacerda Machado para a administração da TAP é "censurável".

"O Dr. Diogo Lacerda Machado está intimamente ligado ao problema financeiro da TAP. Como administrador da Geocapital, foi responsável pelo buraco enorme da empresa de manutenção no Brasil [da Varig Engenharia e Manutenção]", acusou o deputado.

"O Dr. Lacerda Machado, enquanto administrador da Geocapital, é responsável pelo enorme rombo que deixou na TAP em meados da década passada. Nós lembramo-nos muito bem que, desse ponto de vista, o contributo do Dr. Diogo Lacerda Machado para a saúde financeira da TAP foi realmente fatal e ainda hoje coloca problemas enormes. Portanto, alguém que representa o Estado na reversão de um negócio e que negocia com os privados, e que agora se sente com legitimidade para continuar a representar o interesse público num negócio com os contornos que nós continuamos a conhecer, não sei se isso significa, para o Dr. Diogo Lacerda Machado, um grande orgulho. Para nós, PSD, significa naturalmente uma pouca vergonha", reforça.



A nomeação do Governo "é errada, põe em causa o interesse público e tem tudo menos de transparente", sublinha Luís Leite Ramos.

O Governo passou vários meses a esconder que não estava em cima da mesa a escolha de Diogo Lacerda Machado para os corpos sociais da TAP. E agora, manter esta nomeação é "uma nódoa que vai ficar na administração".

A relação entre o primeiro-ministro e o Diogo Lacerda Machado é "muito nebulosa". Recorde-se que o advogado Lacerda Machado se apresentou, desde sempre, num registo informal, "o melhor amigo" de António Costa, como dizia o primeiro-ministro.

Acompanhe-nos no dia-a-dia...

Conferências de Imprensa,
Transmissões em direto,
Discursos e Intervenções políticas

Entrevistas, Opinião, História,
Iniciativas

O dia-a-dia da atividade
do PSD

Noticiário semanal todas
as sextas-feiras

Emprego

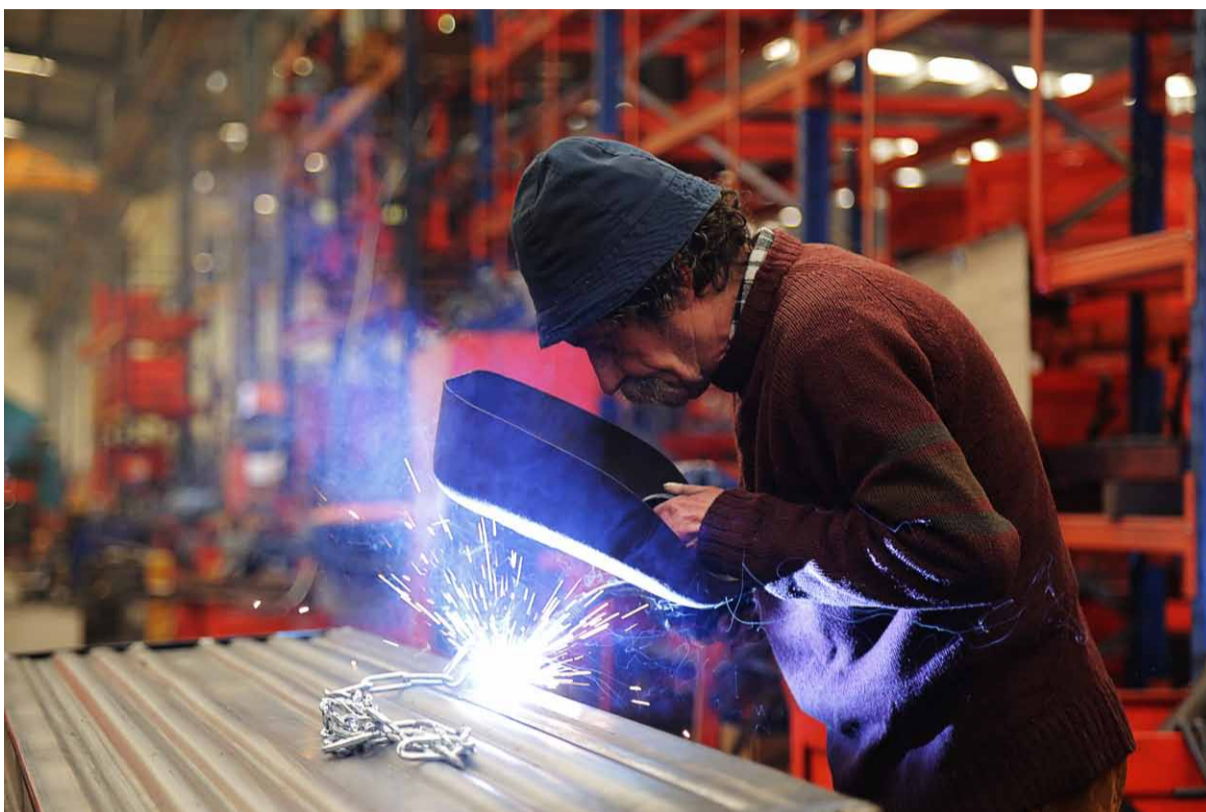
OCDE destaca reformas do governo PSD

A OCDE confirma que as reformas estruturais desenvolvidas pelo governo liderado pelo PSD, entre 2011 e 2015, contribuíram para o aumento da taxa de emprego que se regista em Portugal. “Estas reformas foram um passo na direção certa e, em parte, ajudam a explicar a rápida recuperação do mercado de trabalho português nos anos recentes”, afirma a OCDE no relatório “OECD Employment Outlook 2017”.

O relatório destaca que “o desemprego em Portugal tem descido mais rapidamente do que na média dos países da OCDE”. Também “a taxa de emprego em Portugal tem subido mais rapidamente nos últimos anos do que a média dos países da OCDE”.

Pedro Passos Coelho referiu, recentemente, que a descida do desemprego e o aumento do emprego se devem ao esforço dos portugueses. “Pusemos a economia a crescer. E conseguimos isto com um entendimento importante em sede de concertação social para fazer reformas na área laboral”. O Presidente do PSD diz não ter dúvidas “de que no dia em que esta reforma laboral for revertida, quem pagará os efeitos dessa reversão serão os trabalhadores, em particular os mais jovens. Se o Governo reverter esta reforma, não é a reforma do governo que chefiar que reverte. São as expectativas dos trabalhadores e dos mais jovens que sofrerão a reversão”.

O PSD tem denunciado a ilusão que o atual Executivo pretende criar sempre que afirma “que os bons resultados acontecem desde que eles chegaram ao Governo”. Segundo Pedro Passos Coelho “chega a ser ridículo ver pessoas com tanta responsabilidade a fazer um teatro tão grande, o que só mostra falta de conhecimento da realidade e falta de respeito para com os que lutaram para chegar onde estamos hoje”.



Salários mais baixos confirmam o modelo económico da esquerda



Os salários médios dos novos contratos estão a baixar e o salário médio em Portugal está muito próximo do salário mínimo nacional (SMN). É este o “tempo novo” prometido pelo Governo e pelos partidos que o sustentam, BE e PCP: um modelo económico assente em baixos salários.

O valor médio dos novos contratos “tem vindo a reduzir-se”, afirma Adão e Silva, deputado do PSD. Um estudo do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra vem confirmar que “o SMN abrange cada vez mais gente”, acrescenta o deputado, referindo-se ao cerca de um milhão de portugueses que, hoje em dia, auferem 577 euros mensais.

Considera, por isso, que o que se está a verificar “não é bom para a economia, para o emprego, para a qualidade do emprego, nem para os trabalhadores”.

“Estar a fazer um aumento artificial”, diz o deputado referindo-se ao SMN, “desligado da realidade da economia e das empresas gera estas perversidades”, denuncia Adão Silva, reiterando conselhos do PSD que o Governo parece ignorar: “muita prudência e muita ponderação” quando o assunto é o aumento do SMN. Os aumentos devem acontecer “mas numa lógica de sustentabilidade”, defendem os social-democratas.

Aumentou a instabilidade e a

precariedade

O estudo “Novo emprego. Que emprego?” veio confirmar que, embora haja mais emprego, este não é melhor, visto ter aumentado a instabilidade e a precariedade.

O que se verifica atualmente é que há mais empregos precários, de curta duração e salários mais baixos. Ao mesmo tempo, assiste-se a diminuição do peso dos contratos permanentes na estrutura geral do emprego, assim como à prevalência de contratos não permanentes.

A média de retribuição ilíquida, nos contratos vigentes em maio de 2017, é de 646 euros, um valor pouco distante do SMN. Prova-se, assim, a tendência de degradação da remuneração. Entre setembro de 2014 e janeiro de 2017, desceu em cerca de 20% a remuneração base média dos contratos permanentes (de 1 024 para 809 euros).

PSD recomenda estratégia integrada para a inovação no Douro

O PSD recomenda ao Governo a execução de uma estratégia integrada para a investigação e inovação no Douro, através de um projeto de resolução apresentado há um ano e que vai ser debatido segunda-feira no parlamento.

“Já vem com um ano de atraso, pois o projeto de resolução foi apresentado em julho de 2016, mas mantém a sua importância e relevância”, afirmou o deputado do PSD, Pedro Pimentel.

O grupo parlamentar social-democrata recomenda ao Governo que promova a “elaboração e execução de uma estratégia integrada para a experimentação, investigação e inovação na Região Demarcada do Douro”.

Uma estratégia que, segundo o parlamentar, deverá ser delineada com a participação e envolvimento das instituições de ensino da região e entidades públicas e privadas, ainda organizações de produtores e comerciantes.

O PSD quer que o Governo reative também a experimentação agrícola na região demarcada, dinamizando e valorizando essa valência no Centro de Estudos Vitivinícolas do Douro e na Quinta de Santa Bárbara.

Para o efeito, defende que devem ser estabelecidas parcerias com as instituições de ensino superior e profissional da região e outras entidades ligadas à investigação e inovação, nomeadamente a Plataforma de Inovação da Vinha e do Vinho, em Vila Real.

Pedro Pimentel destacou ainda que o PSD defende que o Governo deve adotar “medidas de discriminação positiva para garantir o efetivo acesso dos territórios de baixa densidade, em que a Região Demarcada do Douro se insere, aos diversos programas nacionais e comunitários de apoio à experimentação, investigação e inovação”.

O Douro foi a primeira região demarcada e regulamentada do mundo e foi, em 2001, classificado como património mundial da UNESCO.

Neste território, o setor mais importante é o vitivinícola e, em 2015, os vinhos aqui produzidos representaram 48,3% das exportações totais de vinho nacional.

No contexto nacional, o vinho é o principal produto exportado, valendo, só em 2015, cerca de 740 milhões de euros.

Por se tratar de um setor cada vez mais exigente, competitivo e volátil, o PSD considera que a Região Demarcada do Douro “se depara com desafios decisivos para o seu futuro encontrando-se numa encruzilhada”.

“Ou cresce, tornando-se sustentável e desenvolvida ou estagna, arrastando em última instância os milhares de pequenos lavradores para níveis de desenvolvimento ainda mais débeis. Urge, pois, que as entidades públicas, e o Governo em particular, desenvolvam todos os esforços para que a região possa consolidar a via virtuosa”, refere o projeto de resolução social-democrata.

Mobilizar a sociedade para desenvolver a linha do Douro

O PSD vai enviar uma carta a cerca de 200 entidades e personalidades da região Norte para recolher apoios e persuadir o Governo a Na carta, que está a ser enviada a autarquias, empresas de turismo, vinho, têxtil ou calçado, associações empresariais e comerciais e também órgãos de comunicação social, foi anexada uma cópia do estudo sobre a viabilidade de requalificação e o potencial de desenvolvimento da linha do Douro, realizado pela Infraestruturas de Portugal (IP) em 2016.

Luís Leite Ramos, deputado do PSD eleito pelo círculo



eleitoral de Vila Real, afirmou que o Governo tem “escondido do país” este documento que, na sua opinião, “demonstra que esta linha é o itinerário ferroviário lógico de integração funcional da Área Metropolitana do Porto, e de toda a região Norte, com a Península Ibérica e a Europa além-Pirenéus”.

Com esta iniciativa, o parlamentar quer alertar para “a relevância” da linha do Douro e desafiar a sociedade para intervir e persuadir “o Governo a inscrever o tema na agenda política nacional e a desenvolver, com o indispensável rigor e independência, o aprofundamento deste estudo”.

Luís Leite Ramos considerou que o documento “desmistifica a tese absurda de uma alegada inadequação técnica da linha do Douro no tocante à circulação de pesadas composições de mercadorias”.

Disse que enquadra ainda a “valência passageiros na estrita articulação com as atividades económicas das

regiões atravessadas, sendo-lhe atribuído um papel catalisador do desenvolvimento regional e, em particular, do turismo, uma vez que liga vários sítios classificados como património mundial”.

Segundo o deputado, demonstra também “que o cenário mais caro de reabilitação da linha do Douro, orçamentado em cerca de 473 milhões de euros, é consideravelmente inferior a outras alternativas e custa menos do que quatro estações do Metropolitano de Lisboa”.

Luís Leite Ramos classificou como “grave” a “não inclusão da linha ferroviária do Douro na agenda e nas conclusões da cimeira ibérica”, que decorreu no final de maio, em Vila Real, até porque disse que “ignorou as recomendações do fórum parlamentar luso-espanhol”.

O parlamentar considerou que esta exclusão “contraria a retórica do Governo sobre a ambição de transformar as regiões transfronteiriças na nova centralidade peninsular e faz veto de gaveta ao estudo da IP”.

Emigrantes lesados do BES estão a ser penalizados

O Partido Social Democrata denuncia “uma clara situação de injustiça” a que estão a ser sujeitos os lesados do BES emigrantes, uma vez que “parecem continuar de fora das preocupações do Governo e dos responsáveis do Novo Banco pois não lhes foi ainda apresentada uma solução satisfatória (como lhes foi prometida).

De acordo com os social-democratas, têm surgido na comunicação social notícias a darem conta de que “foram encontradas soluções para os lesados desta instituição bancária, mas que deixam sempre de fora os clientes que compraram produtos do BES nas suas sucursais ou filiais no estrangeiro”.

Tal como Carlos Alberto Gonçalves afirma, “os emigrantes lesados do BES, que não optaram pela solução que lhes foi proposta em 2015, continuam a aguardar por uma resolução para o seu problema”. Segundo relembra, “apesar das promessas dos partidos que apoiam o Governo, nomeadamente no período de campanha eleitoral, a situação que afeta ainda muitos antigos clientes do BES emigrantes não teve qualquer desenvolvimento”.

A denúncia é feita através de pergunta regimental dirigida ao primeiro-ministro, através da qual é feito um alerta para “verdadeiras situações de desespero” que se estão a verificar. O PSD questiona António Costa sobre “se está prevista a identificação de soluções para os emigrantes igualmente prejudicados pela aquisição de produtos de poupança aos balcões daquele banco”.

Os social-democratas consideram tratar-se de uma “situação de grande injustiça social” que, por isso, “deve merecer das autoridades competentes uma maior atenção”. Reforçam que “independentemente de todas as expectativas que foram criadas em torno da resolução desta questão, nomeadamente com a criação de um grupo de trabalho, persiste a penalização a que são votados os portugueses não-residentes no território nacional, maioritariamente emigrantes”.

“Recentemente, o ministro dos Negócios Estrangeiros fez declarações em que referiu que a proposta de 2015, que o seu partido tanto criticou, teve adesão de 90% dos lesados e que é a solução que o atual Governo considera possível”, afirma o deputado do PSD. “Acréscimo que Diogo Lacerda Machado, que foi indicado em 2016 pelo primeiro-ministro, para acompanhar a situação dos lesados do BES emigrantes acabou de ser nomeado para a administração da TAP”, sublinha.

Miguel Santos numa interpelação ao Governo sobre saúde

Resultados da atual governação são maus

“Os resultados da vossa governação são maus e fazem temer pelo futuro. Portanto o que fazer? Persistir nos erros, continuar esta política de ocultação dos problemas, sem planeamento, sem orientação estratégica?”. Foi com estas palavras que Miguel Santos iniciou a sua intervenção, na quarta-feira, 14 de junho, no debate sobre políticas de saúde agendado pelo PSD.

No arranque da interpelação, Miguel Santos acusou o Governo de estar a aumentar os défices no setor da saúde e estar a desagregar o Serviço Nacional de Saúde (SNS) quer em resultados financeiros quer assistenciais.

De acordo com o vice-presidente do grupo parlamentar do PSD, o Governo está confrontado com duas opções: ou persistir nos erros e continuar esta política de ocultação dos problemas, ou mudar de políticas. Ao persistir na política atual, alertou o deputado, “vamos voltar ao buraco dos milhares de milhões de euros de há seis anos, défices anuais no SNS de 600 e de 800 milhões de euros que eram a marca dos governos de José Sócrates e com cortes no fornecimento de medicamentos”.

Atualmente “existem desequilíbrios em todas as vertentes, mas este governo toma unicamente decisões de contexto e que visam prolongar o tempo de vida dos próprios decisores. As greves dos profissionais passaram a ser, em termos de comunicação, positivas, o aumento das reclamações dos utentes é reduzido a um epifenómeno, o estrangulamento da atividade dos hospitais são meros episódios, das demissões não se fala à espera que o tempo passe. Na área dos medicamentos para o VIH Sida, o governo está há mais de um ano a atrasar a entrada em vigor de terapêuticas inovadoras mais eficazes, menos tóxicas e mais baratas”.

Desde que a extrema-esquerda tomou o poder, o investimento público no SNS caiu para metade, os pagamentos em atraso dos hospitais públicos quase duplicaram e as dívidas aos fornecedores do SNS aumentaram em centenas de milhões de euros. O recurso à contratação de médicos tarefeiros aumentou, contrariando uma tendência consolidada de 2012 a 2015. Em face desta derrapagem, o ministro da Saúde decretou que tem de haver um corte de 35%. Esse diploma ameaça inclusivamente os gestores hospitalares de responsabilidade civil, financeira e disciplinar, para isentar o Ministro da Saúde da sua responsabilidade.

O resultado deste corte cego, considera Miguel Santos, é o cancelamento de cirurgias, a instabilidade, a demissão de dirigentes, os hospitais mais carenciados a entrarem em linha de risco e as urgências a ficarem em perigo. Tudo isto consequência de uma medida adotada antes do Verão, contrariando as afirmações que o ministro tinha dito precisamente no ano passado.

Perante este cenário, Miguel Santos é perentório em afirmar que o Governo toma estas medidas, porque “o ministro está aflito”, pois a somar à deterioração da situação financeira do SNS juntam-se as falhas nos serviços, a falta de pessoal, a falta de material, a falta de medicamentos, como ainda recentemente o grupo parlamentar social-democrata teve oportunidade de testemunhar no Centro Hospitalar do Algarve.

No que respeita ao plano de redução dos horários de funcionamento de um significativo número de ambulâncias de emergência médica, que o ministro agora diz que não existe, Miguel Santos afirmou que basta ir aos locais e perceber que as ambulâncias não estão a sair.

Balço da política de saúde das “esquerdas unidas”: “descontrolo, desinvestimento e desespero”

“Passou mais um ano e meio desde que o Partido Socialista, o Partido Comunista e o Bloco de Esquerda assumiram a governação do País. Esses partidos respondem hoje pelo estado em que se encontra atualmente o



nosso Serviço Nacional de Saúde (SNS). Já não é tempo de desculpas ou de alijar responsabilidades para terceiros. Quiseram governar e agora têm de se confrontar com o que estão a fazer ao SNS. E a realidade é avassaladora: um SNS cada vez mais endividado, com serviços cada vez mais degradados, com utentes cada vez mais insatisfeitos e profissionais cada vez mais desmotivados”. Este foi o cenário traçado por Luís Montenegro no encerramento do debate.

O líder parlamentar do PSD sublinhou que, passado um ano e meio de governo das esquerdas unidas, o balanço da atual política de saúde pode ser sintetizado em três D's: “descontrolo, desinvestimento e desespero”.

No que respeita ao investimento, o social-democrata referiu que o atual governo “fez um corte brutal no investimento público no SNS. Em 2016, o investimento no SNS diminuiu mais de 34%, por comparação com o ano

de 2015. E só nos primeiros quatro meses deste ano o investimento do Governo no SNS sofreu uma quebra de 54%, face ao mesmo período de 2016. Cabe perguntar, à senhora deputada Catarina Martins e ao senhor deputado Jerónimo de Sousa, perante esta autêntica hecatombe do investimento público, onde está a esquerda? Como podem o PC e o Bloco ser politicamente tão inconstantes perante as cirurgias adiadas e os atrasos nas consultas médicas, a falta de medicamentos nos hospitais e as reduções nas participações de medicamentos, as falhas e os encerramentos de ambulâncias na emergência médica e a privatização em curso do serviço de helitransporte do INEM”, questionou.

Face a este cenário, Luís Montenegro concluiu: “Voltou o PS, voltou os calotes. Só há uma novidade, agora o BE e o PCP batem palmas aos calotes na área da saúde”.

Primeiro-ministro faltou à verdade sobre os paraísos fiscais

A retirada da Ilha de Man, Jersey e Uruguai da lista negra de paraísos fiscais não está esclarecida, desrespeita a lei, permite a saída de 25 de milhões de euros mensais sem a vigilância pela máquina fiscal e, por isso, o PSD solicitou ao parlamento a realização de um debate, já na segunda-feira, com a presença do Governo.

A decisão de excluir os paraísos fiscais foi com desrespeito pela lei, afirmou Luís Montenegro, líder parlamentar, esta manhã, em conferência de imprensa. “A decisão do Governo não cumpriu os requisitos que a lei prevê”, diz o líder da bancada. “Temos, de há vários meses a esta parte, territórios para onde vão cerca de 25 milhões de euros mensais, que não têm qualquer tipo de controlo, por decisão voluntária e consciente do Governo”, afirmou, desafiando o primeiro-ministro a dar uma explicação.

Paira a “suspeita de não haver justificação para retirar estes territórios da lista negra e contribuir para que vários milhões de euros não tenham controlo direto e obrigatório da Administração Tributária (AT)”. Luís Montenegro acusa, por isso, o primeiro-ministro de falar à verdade no Parlamento e de ter agido “de forma voluntária e consciente”. Recorde-se que no debate quinzenal que decorreu esta quinta-feira, o líder da bancada do PSD questionou, por várias vezes, António Costa se existia ou não um parecer da AT sobre estes três territórios, tendo o primeiro-ministro respondido que o Governo decidiu depois de ouvido este organismo.

“É uma situação muito grave, daí a atrapalhão do primeiro-ministro [no debate quinzenal]. Este Governo continua a mostrar que não lida bem com a verdade”, acusou Luís Montenegro.

Por sua vez, António Leitão Amaro, vice-presidente do PSD, disse que “um governo que estivesse a agir de forma séria teria cedido com base num parecer da AT e teria tornado público esse parecer”, quando o PSD fez as primeiras perguntas, em fevereiro.

António Leitão Amaro lembrou que os governos de José Sócrates fizeram vários acordos para retirar países da lista negra dos paraísos fiscais, sendo um deles o Panamá que não chegou a sair da lista porque o Executivo PSD/CDS seguiu sempre os pareceres da AT.

O vice-presidente da bancada do PSD realçou que “a AT está às escuras [sobre estes três territórios] para efeitos de impostos, mas houve uma outra autoridade nacional, o Banco de Portugal, que achou que não havia condições para os retirar da lista negra”, realçou.

A lei portuguesa define quatro critérios para que um território esteja ou não nesta lista negra. Segundo a documentação recebida, “hoje é evidente que os critérios da lei não foram cumpridos”, salientou.

“Como é que é possível em Portugal, quando os portugueses estão tão preocupados com deveres fiscais, o Governo, à revelia da AT, sem parecer ou contra pareceres, ter decidido retirar territórios que não cumprem os critérios que estão na lei?”, interrogou António Leitão Amaro.



Proposta de descentralização do Governo é vaga



É necessário proceder à revisão da Lei das Finanças Locais para dar continuidade ao ímpeto de descentralização de competências desencadeado durante o governo de Pedro Passos Coelho, afirma Berta Cabral, deputada do PSD. “Já houve muitas experiências sobre descentralização e, precisamente, não foram bem-sucedidas, porque falhou a parte dos recursos materiais e financeiros”, alertou durante a audição ao ministro Adjunto, na quarta-feira, 14 de junho, no parlamento.

A atual proposta de lei do Governo é “vaga, tem de ser melhorada, remete sistematicamente a sua execução para diplomas sectoriais”, refere Berta Cabral, considerando que a descentralização está atrasada, deveria “ter começado mais cedo, no mínimo seis meses mais cedo”. A vice-presidente do grupo parlamentar social-democrata reitera que “o PSD sempre manifestou abertura, capacidade de diálogo, vontade para que esteja o mais rapidamente concluído e, de preferência, antes das eleições autárquicas”.

Na audição com o grupo de trabalho sobre o pacote descentralização, Berta Cabral concluiu que o mais importante é “salvaguardar uma reforma que sirva todas as partes envolvidas, o poder local, o poder central, o País e os portugueses”.

“Programa Gerações” pretende criar 1200 postos de trabalho



O PSD/Açores entregou no parlamento regional, dia 13, a proposta legislativa para criação do “Programa Gerações”, cujo objetivo é rejuvenescer a administração pública regional com a contratação de 1200 jovens qualificados.

“Entregamos hoje no parlamento dos Açores uma iniciativa legislativa para criação de um programa de rejuvenescimento na administração pública regional, designado ‘Programa Gerações’. Este programa tem como grande objetivo contratar cerca de 1200 jovens qualificados para os quadros da administração pública regional”, revelou o presidente do partido, Duarte Freitas, em conferência de imprensa.

O líder dos social-democratas açorianos salientou que o “Programa Gerações”, com uma duração inicial de dois anos, prevê que “os funcionários públicos com 60 ou mais anos de idade, que assim o queiram, podem antecipar a sua aposentação, com condições financeiras atrativas, em vez de serem fortemente penalizados no cálculo da reforma como sucede atualmente”.

De acordo com dados da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público, existem 4125 funcionários da administração pública regional dos Açores com mais de 55 anos de idade.

“Caso o desejem, metade destes trabalhadores podem, desde já, recorrer a este programa e reformar-se mais cedo, de forma a estarem com a família ou a dedicarem o seu tempo a atividades em prol da comunidade”, sublinhou.

Ao mesmo tempo, referiu Duarte Freitas, o “Programa Gerações” “vai permitir a integração de jovens valores e novas ideias nos quadros da administração regional” dos Açores.

“Atualmente, entre 17.500 funcionários públicos, apenas 70 têm menos de 25 anos de idade e só 2.200 têm menos de 35 anos de idade”, frisou.

Para o presidente do PSD/Açores, o “Programa Gerações”, ao criar emprego para os jovens com a abertura de vagas na função pública e promovendo simultaneamente o envelhecimento ativo, serve assim duas gerações de açorianos”.

“Por um lado, dá uma oportunidade aos jovens açorianos qualificados que se encontram desempregados ou em situação precária, integrados em estágios ou programas ocupacionais. Por outro, apoia os funcionários públicos que desejem reformar-se mais cedo, de modo a estarem com a família ou a dedicarem o seu tempo a atividades em prol da comunidade”, assegurou.

Duarte Freitas acrescentou que a proposta do grupo parlamentar social-democrata “possui ainda uma terceira virtude, que é não pôr em causa as finanças públicas regionais”, dado que o “não representa qualquer acréscimo de despesa para o Orçamento da Região”.

“A poupança obtida com a reforma antecipada voluntária de funcionários públicos com mais de 60 anos é mais que suficiente para suportar a contratação de novos quadros – que ganham necessariamente menos por estarem em início de carreira – e para compensar financeiramente aqueles que se aposentam pela penalização sofrida no cálculo da reforma”, explicou.

Segundo o líder dos social-democratas açorianos, a proposta de criação do “Programa Gerações” constitui o “contributo do PSD/Açores para combater o problema do desemprego jovem”, que atualmente, segundo o Instituto Nacional de Estatística, atinge uma taxa de 30 por cento.

“Acresce que nas ilhas mais pequenas ou constrangidas social e economicamente, o emprego na administração pública pode não só representar o rejuvenescimento desta, mas também, e especialmente, uma forma decisiva para a fixação de jovens nestas ilhas”, afirmou.

Para Duarte Freitas, com esta proposta de combate ao desemprego jovem “o PSD/Açores volta a mostrar, uma vez mais, que não é apenas oposição, também é a alternativa”.

POVO LIVRE

Directora: Maria Eduarda Azevedo Director-Adjunto: João Cordeiro Pereira

Internet: www.psd.pt - E-Mail: psd@mail.telepac.pt

Verão de 98: onda laranja não parou

PSD propõe baixa de impostos

- Redução do IRS, do IRC para micro, pequenas e médias empresas, e melhoria das deduções de despesas de Saúde

página 6

PSD propõe futebol na televisão para todos em Portugal e nas comunidades de emigrantes

página 5

PSD apoia medidas de emergência por causa do calamitoso ano agrícola

página 4

PSD denuncia manobras do Governo para provocar eleições antecipadas

página 8

PSD exige demissão da Administração da Expo

página 7

PSD e PP de acordo: não à regionalização

página 5

Aznar recebe Marcelo em Madrid

página 16

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



CHAVES ALTERAÇÃO DE DATA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Chaves para reunir no próximo **dia 30 de Junho de 2017** (sexta-feira), pelas 21H00, na sede, sita na Avenida Tenente Valadim, 47 E, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1 – Apreciação das candidaturas do PPD/PSD aos órgãos autárquicos nas eleições de 01 de Outubro de 2017
- 2 – Aprovação do programa eleitoral do PPD/PSD às eleições autárquicas de 01 de Outubro de 2017
- 3 – Outros Assuntos

LEIRIA / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Leiria, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 10 de Julho de 2017 (segunda-feira), pelas 21H00, em Figueiró dos Vinhos, na Casa da Cultura/Clube Figueirense, sita na Rua Dr. Manuel Simões Barreiros, 55, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1 – Informações
- 2 – Análise da situação política distrital e nacional

OURÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Ourém, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 10 de Julho de 2017 (segunda-feira), pelas 21H30, no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1 – Leitura e aprovação da acta da Assembleia anterior
- 2 – Informações
- 3 – Emissão de parecer sobre as candidaturas aos órgãos Autárquicos
- 4 – Análise da situação política

VILA NOVA DE GAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Nova de Gaia, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 10 de Julho de 2017 (segunda-feira), pelas 21H30, na sede, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1 – Eleições Autárquicas

VOUZELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vouzela, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 30 de Junho de 2017, (sexta-feira) pelas 21h30, no Auditório Municipal 25 de Abril, sito na Alameda D. Duarte de Almeida, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Parecer sobre as candidaturas aos órgãos das Autarquias Locais nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 53.º dos Estatutos;
- 3 - Outros assuntos.



ALVAIÁZERE

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD, serve a presente para convocar os militantes desta secção para o Plenário Concelhio Ordinário da JSD de Alvaiázere a ter lugar no dia 1 de julho de 2017, pelas 14h00, na sede do PSD de Alvaiázere, sita na Estrada N.º Senhora dos Covões, nº1, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Informações;
- 2- Análise da situação política local e nacional;
- 3- Autárquicas 2017;
- 4- Outras informações.

RETIFICAÇÃO

No seguimento da publicação da convocatória para a realização do Congresso Distrital da JSD Braga, no Povo Livre de 31 de maio, vimos por este meio proceder à retificação do local.

CONGRESSO DISTRITAL DE BRAGA DA JSD

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, dá-se cumprimento ao estabelecido e convoca-se o Congresso Distrital de Braga da JSD para decorrer no dia 15 de julho de 2017, no Hotel Mercure Braga Centro, sito na Praceta João XXI, 4715-036 Braga.

Notas:

1. As listas candidatas aos sufrágios e respetiva documentação deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Nacional, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral (12 de julho), na Sede Distrital da JSD e PSD de Braga, sita na Rua de Santa Margarida, n.º 2 - A 2.º Sala 8, 4710-306 Braga, que para o efeito se encontrará aberta.
2. Toda a documentação deverá respeitar as normas estatutárias e regulamentos da JSD.
3. O ato eleitoral terá a duração de três horas, pelo que as urnas estarão abertas entre as 15h e as 18h.



II - CONSELHO NACIONAL 2017

Nos termos do disposto no artigo 20.º dos Estatutos, convoco o Conselho Nacional para uma reunião no próximo dia **29 de junho, quinta-feira às 21H00, no Hotel Sana**, em Lisboa (Av. Fontes Pereira de Melo, 8), com a seguinte

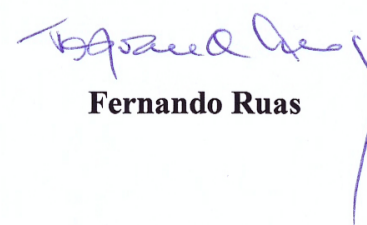
Ordem de Trabalhos

Ponto 1: Informações

Ponto 2: Ratificar as contas do ano 2016, nos termos da alínea i) do n.º 2 do artigo 18º dos Estatutos;

Ponto 3: Análise da situação Política

O Presidente da Mesa do Congresso


Fernando Ruas

Lisboa, 19 de junho 2017